

**Ata da reunião ordinária dos Conselhos Administrativo e  
Fiscal do Instituto de Previdência dos Funcionários  
Públicos de Paulínia – PAULIPREV**

Aos dezenove dias do mês de Setembro de dois mil e dezessete, às dezoito horas e quinze minutos, no plenarinho da Câmara Municipal de Paulínia, reuniram-se o Conselho Administrativo, Conselho Fiscal, Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretora de Previdência e Atuária, servidores presentes e funcionários do Instituto, para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto conforme Regimento Interno dos Conselhos.

**Pauta do dia:** leitura das atas dos dias 01 e 05 de Setembro do corrente ano; prestação de contas de Julho/17 pelo Conselho Fiscal; devolutivas do Diretor Presidente sobre os orçamentos para realização do censo / recadastramento, política de investimentos e proposta para realização de concurso público; devolutiva das comissões de análise do Regimento Interno e Base previdenciária e análise de pendências (pró-memória).

O Presidente do Conselho iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e realizando a leitura da pauta do dia.

A seguir o Presidente solicitou a inversão dos assuntos, visto a necessidade de saída imediata do Diretor Presidente para reunião com o Prefeito Municipal, solicitando então que o mesmo apresentasse sua fala sobre os três itens a informar.

*Maia*

*J. M.*

*J.*

*S.*

*Naveira*  
*Fab*  
*S.*  
*Mung*  
*S.*  
*J.*

**Primeiro item da ordem do dia:** o Diretor Presidente citou que teria solicitado orçamentos à empresas para realização do cadastramento, porém não teria contado com retorno dos mesmos. Em relação a Política de Investimentos teria conversado com o Prefeito na semana anterior, entregando-lhe o material elaborado pelo consultor Ronaldo e estaria encontrando-se com o Prefeito naquele momento e assim teria algum retorno sobre o assunto. Sobre o concurso público, citou ter recebido a proposta da Vunesp, no valor de R\$ 164.000,00, sendo que se o concurso contar com determinado número de inscritos, esse valor não será cobrado do Instituto, justificando ainda o motivo por ter buscado a Vunesp devido a boa atuação no mercado. A seguir citou sobre o prazo ao concurso de Procurador, seus tramites, demandando aproximadamente para sua finalização 456 dias, enquanto que para outras funções cerca de 256 dias. Eliete pediu a palavra e apresentou um levantamento realizado pela mesma de opções de empresas nesta área assim com os respectivos locais onde desenvolveram concursos públicos, sugerindo assim que outros locais fossem verificados (valores e prazos), entregando ao Diretor Presidente e aos membros do Conselho cópia do material pesquisado. O Presidente do Conselho ainda ressaltou que para deliberação torna-se necessário a apresentação de pelo menos 3 propostas. A seguir o Diretor Presidente se referiu ao Instituto Mais, o qual teria sido contratado para realizar o concurso público do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, empresa esta constante também na relação fornecida. Assim, ficou estabelecido pelo Presidente do Conselho que este assunto voltaria a ser discutido na próxima reunião deste colegiado.

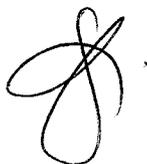
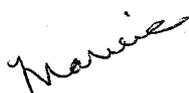
Iria pediu a palavra e questionou o Diretor Presidente do motivo pelo qual teria realizado uma reunião na mesma data de "portas



fechadas" somente com os conselheiros eleitos, se existia algum artigo do Regimento Interno e qual seria o mesmo. O Diretor Presidente citou que teria de fato solicitado tal reunião mas a mesma não teria ocorrido, que a reunião realizada na mesma data teria sido com o Conselho de Administração como um todo. Iria a seguir citou como ficaria as questões levantadas na rede social, que teria sido citada e de sua culpa. O Diretor Presidente então expôs que possui um posicionamento que em rede social há fake e pessoas com interesse de caráter político e que o mesmo não possui tal interesse. A seguir citou que teria citado aos conselheiros que respostas institucionais é dada pelo Pauliprev, podendo apenas responderem em caráter pessoal, acrescentando ainda que poderá ocorrer de o mesmo oferecer respostas que contrarie o que foi postado de forma individual. Iria então citou que não se manifestou na rede social, preferindo desta forma o fazer na presente reunião. O Diretor Presidente citou que será apresentado as repostas nas reuniões gravadas do Conselho, ou seja, qualquer questionamento à ele apresentado será respondido em reunião gravada. Neste momento o Diretor Presidente deixou a reunião do Conselho.

**Segundo item da ordem do dia:** os conselheiros por unanimidade optaram pela dispensa das leituras das atas, visto a ciência das mesmas previamente, portanto sendo aprovadas por todos.

**Terceiro item da ordem do dia:** Ligian entregou inicialmente cópias do relatório do Conselho Fiscal ao Presidente do Conselho, ao Diretor Presidente, aqui na oportunidade recebido pela Diretora de Previdência e Atuária presente na reunião e para a área Administrativa (3 vias). Citou que os repasses da Prefeitura e Câmara no mês de Julho foram realizados em dia, sendo mantidos os



depósitos destes valores na Caixa FI Brasil ref. DI Longo Prazo e Banco do Brasil Carteira Administrativa, respectivamente; informou que o parcelamento de débitos foi pago em dia; que as despesas com pagamento com afastamentos sofreu uma redução de 20% em relação ao mês de Junho, atingindo um valor aproximado de 812 mil reais, porém esta área representa 10% do valor do repasse mensal. Assim, o Conselho Fiscal avaliou esta importância ainda muito alta, enfatizando a importância do Executivo rever a posição do Pauliprev pagar tais afastamentos. Sobre a carteira de investimentos informou que fechou o mês de Julho com o valor de R\$ 1.021.774.628,98, citando os fundos mais prejudicados, e que posteriormente o Diretor Financeiro e o Comitê de Investimentos apresentaria uma síntese da carteira. Sobre os processos de empenho avaliados no mês de referência, elencaram os documentos solicitados à Diretoria, enfatizando os documentos que já foram solicitados anteriormente, porém não contaram com devolutiva, sendo eles: parecer jurídico sobre o pagamento de dois alugueis referentes a sede do Instituto, documentação negativa sobre efetivação do novo parcelamento de débitos previdenciários (ambos no protocolo 271/17); parecer jurídico sobre jeton (legalidade quanto ao número de reuniões de acordo com a legislação vigente); inclusão de listagens comprobatórias nos processos de empenho (Unimed, folha de pagamento de Junho e Julho - os valores chamaram atenção motivo pelo qual optou-se pelos dois meses, pagamento de jeton); apresentação de frequência dos servidores do Instituto, tanto para quem bate como não bate cartão, com justificativas quando o caso de faltas, abono e execução de horas extras. Neste momento o Presidente do Conselho pediu a palavra e questionou se esses documentos já teriam sido solicitados, tendo a resposta positiva pela Ligian, o que fez o mesmo salientar que aquele tipo de problema

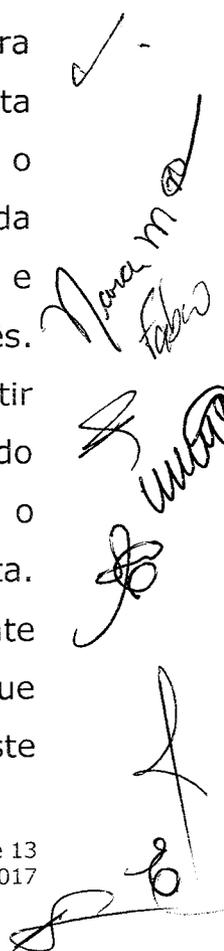
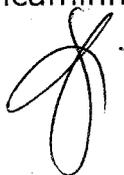
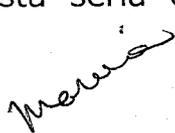
*Manoel* *[Signature]* *[Signature]*

*[Handwritten signatures and marks on the right margin]*

seria de fácil resolução, visto a proximidade com a Diretoria Executiva, o que foi acordado pela Ligian que de fato a área administrativa do Instituto lhe fornecem os documentos solicitados. O Presidente do Conselho então expôs que somente quando não for resolvido as questões entre Conselho Fiscal e Instituto, o Conselho Administrativo deverá ser informado e acionado, sendo reiterada a questão pela conselheira Sandra. Ligian citou que grande parte dos processos foram assinados na véspera, data da reunião do Conselho Fiscal. Eliete então questionou se a reunião do Conselho Fiscal não poderia ter ocorrido anteriormente, tendo a resposta da Ligian que tudo depende da caixas de documentos, sendo lembrando pela Márcia Ambrozini que na verdade estavam atrasados esses documentos, citando ainda que estas contas correspondem ao mês de Julho. Ligian então enfatizou que para a próxima reunião será apresentado o relatório da forma sugerida, inclusive no parecer do trimestre. Continuando a leitura do relatório, Ligian citou que ainda foi solicitado a apresentação de três orçamentos para aquisição de relógio ponto, conforme processo de empenho e solicitado que as notas fiscais contenham CNPJ, bem como a assinatura do responsável, nos casos de processos de empenho referentes o adiantamento de verbas. Já em relação aos contratos foram analisados uma a um, porém devido a ausência de alguns documentos solicitaram ainda: ata da deliberação do Conselho de Administração da empresa para prestação de serviços de assessoria de imprensa e comunicação, neste caso a do dia 11 de Julho e para pintura do prédio e reparos da sede atual e nova sede, além do parecer jurídico (somente foi verificado a existência de email datado de 01/09/17) citando ainda a inclusão de atas em outros empenhos estes já deliberados pelo Conselho de Administração (rede e fornecimento e instalação de divisórias). Finalizando solicitaram ainda



a atualização no site do Instituto das atas dos Conselhos, enquadramento de fundos, publicação das APRS, balancetes de receita e despesa e do relatório de performance dos investimentos referente a 2017, sendo que até o momento da reunião alguns itens já teriam sido atualizados. Sandra então questionou o Conselho Fiscal se teriam avaliado o contrato de acompanhamento da obra, pintura, se eles teriam solicitado tais documentos. Ligian citou que solicitaram o contrato na íntegra, analisando portanto a parte burocrática ( parecer jurídico, 3 orçamentos, homologação )até porque muitos ainda estão em andamento. Por outro lado, não possui parâmetros para avaliar a questão de quantificação, por exemplo no caso de fios. Márcia Ambrozini completou que na questão de pintura foi verificado que a importância de R\$ 70.980,00 mil reais era o de menor valor, porém não consta o parecer jurídico e deliberação do Conselho Administrativo, sendo verificado no momento da reunião as homologações realizadas recentemente no Semanário Oficial. A seguir Fabio pediu a palavra e solicitou se poderia ainda ser incluso um item na pauta do dia, que corresponderia a aprovação de uma prestadora de serviços, sendo complementado pelo Diretor Financeiro que esta ferramenta já foi citada em reuniões anteriores - Quantum; onde o Comitê de Investimentos teria contado com a apresentação da mesma; que avaliaram que é uma ferramenta de grande utilidade e portanto deveria ser contratada, com valor igual de R\$ 660,00 mês. O Diretor Financeiro ainda citou que seria importante para emitir relatórios, portanto ofereceria uma boa retroalçada . O Presidente do Conselho então questionou se o colegiado deliberaria sobre o assunto, lembrando que este item não estava inserido na pauta. Guilherme tomou a palavra e citou que o Conselho estaria somente naquele momento tendo ciência. Desta forma ficou estabelecido que a proposta seria encaminhado ao Presidente do Conselho e este



Handwritten notes and signatures on the right margin, including a checkmark, the name 'Nora M', and several illegible signatures.

socializaria o documento para os conselheiros administrativos para que estes pudessem deliberar sobre o assunto na próxima reunião. O Diretor Financeiro ainda acrescentou que caso o Conselho contasse ainda com alguma dúvida poderia acionar um agente para comparecer na reunião, expondo ainda que poderiam nem passar pelo Conselho, sendo lembrado pela Eliete que tudo que envolve custo deverá passar pelo Conselho deliberar. A seguir o Diretor Financeiro realizou uma apresentação sucinta da carteira do Instituto referentes os últimos 7 meses. Segundo o referido Diretor se caso o cenário fosse ideal o Pauliprev contaria atualmente com 1 bilhão e 40 milhões, porém conta com 1 bilhão e 21 milhões, lembrando que neste período ocorreram "ppds". Por outro lado citou que dois fundos avaliados como "ppd", já estão sendo recuperados, sendo que na presente data estaria entrando um dinheiro proveniente do Piatã, relatando o que foi estabelecido entre os cotistas em relação a este fundo. A seguir expôs que se somasse esses "PDD"(provisão para devedor duvidoso) de 39 milhões e o saldo de Dezembro e se o Instituto não tivesse contado com tais perdas, o Pauliprev contaria com 1 bilhão e 60 milhões. Acrescentou ainda as sobras provenientes do repasse que atingiu de Janeiro a Julho o total de 10 milhões que localizam-se na Caixa Econômica e Banco do Brasil em aplicações já citadas pelo Conselho Fiscal. A seguir citou que atualmente o Instituto conta com um comprometimento em 82% da sua receita, lembrando ainda do incremento do segundo e terceiro parcelamento, visto que hoje o Instituto vem recebendo apenas de um parcelamento. Sandra sanou as dúvidas sobre o valor de resgate que deverá se efetivar, sendo esclarecido que será aplicado na Caixa Econômica Federal. Eliete a seguir lembrou dos dois resgates que devem ocorrer até o final do ano, questionando-os então se os mesmos vem realizando estudos e portanto posteriormente a

*Wenies*

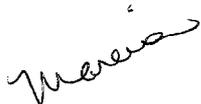
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten notes and signatures on the right margin]*

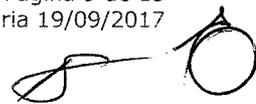
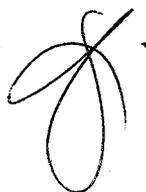
apresentação ao Conselho. O Diretor Financeiro respondeu positivamente, acrescentando ainda que o momento é de realizar as modificações na carteira, lembrando ainda das metas a serem cumpridas. Citou ainda que o valor será da ordem de 38 milhões que deverão entrar até 5 de Dezembro e do trabalho de credenciamento realizado pelo Comitê de Investimentos. Eliete então questionou o documento que conta com os critérios de credenciamento, tendo a resposta do Diretor Financeiro que a própria Política de Investimentos em vigência apresenta tais critérios, lembrando que a nova Política será somente uma adequação em função da questão econômica do país. Valmir pediu a palavra e lembrou da necessidade do Conselho deliberar antes da data apresentada, sendo complementado pelo Presidente do Conselho que justamente esse assunto teria sido a temática do encontro do Diretor Presidente e o Executivo. Valmir apresentou a necessidade da explanação ser bem clara ao colegiado, ressaltando os episódios errôneos anteriormente neste aspecto no Instituto. O Diretor Financeiro relatou ainda as ações que vem sendo efetivadas junto ao fundo Ativo Imobiliário (desde 2012 com vários imóveis vazios, não tomando providências), visando a troca de gestor. Sandra questionou se seria o mesmo que não encontrava-se desenquadrado, tendo a resposta negativa e a informação que foi oferecido mais quinze dias aos mesmos. Valmir tomou a palavra e lembrou que há somente 4 reuniões para que o Conselho delibere sobre o assunto, que estaria ocorrendo uma reunião sobre este tema na Prefeitura, mas quem realizará as assinaturas seria o Conselho Administrativo, portanto a necessidade do enquadramento regimental. Sandra lembrou então da necessidade se ser apresentado propostas dos fundos para investimentos de forma ágil, pois os mesmos não deliberariam a "toque de caixa". Jose Carlos então citou da preocupação dos conselheiros com a qualidade dos papéis a serem



investidos, enfatizando a importância da busca de instituições sólidas, sugerindo ainda que caso não ocorra um consenso onde investir, que se mantenha em instituições de primeira linha. Nara questionou sobre o tempo necessário para o Comitê de Investimentos realizar tal apresentação, tendo a resposta que isso pode ocorrer no mês de Outubro. Assim, estabeleceu-se que tal apresentação será realizada na segunda reunião ordinária do mês de Outubro. Nara ainda questionou sobre os resgates para o ano de 2018, solicitando ao Diretor Financeiro que fosse planilhado, para que se obtivesse uma visão geral. Reginaldo pediu a palavra e citou da não necessidade de atingir a meta atuarial, lembrando ainda que o ano de 2018 será um ano eleitoral, sugerindo inclusive a manutenção se for o caso do dinheiro na Caixa e Banco Brasil.

**Quarto item da ordem do dia:** Eliete citou que a comissão da reelaboração do Regimentos Internos inicial foi reduzida a três pessoas (Márcia Ambrozini, Francinete e Eliete), citando que teriam terminado as propostas dos Regimentos Internos ( Administração e Fiscal) , sugerindo desta foram que fosse encaminhado à todos os conselheiros tais materiais previamente para posterior agendamento de reunião extraordinária para deliberação do mesmo, explicando que teriam colocado em cor destacada alguns pontos ainda em dúvidas assim como não definição em relação a questão da composição do Conselho, paridade, sendo necessário aguardar a devolutiva do TAC da Prefeitura e Promotoria. Relatou a análise realizada de vários regimentos de outras cidades e Estados, buscando desta forma criar um Regimento Interno moderno, contemplando assim várias questões antes não estabelecidas, sendo complementada pela Diretora de Previdência e Atuaria que a minuta conta com o estabelecimento de prazos, períodos, entre outros,

*Marcia*



solicitando que todos contribuíssem portanto com a revisão do documento. Eliete ainda lembrou que o Conselho conta com um Regimento Interno muito antigo, documento este de 2001, portanto com muitos aspectos a serem alterados. Márcia Ambrozini ainda citou que o documento ficou bastante padronizado, visto que os atuais encontram-se diferenciados, enfatizando ainda que devem ser realizadas sugestões tanto para inclusão como para exclusão. Finalizando este assunto, ficou estabelecido que as devolutivas das análises deste documento deverão ser oferecidas à Eliete. Já a comissão da base previdenciária (Sandra, Nivia, Nara, Adilson e Fabio) Sandra expôs que o grupo teria se reunido na semana anterior, porém teriam encontrado alguns pontos controversos, confusos, solicitando assim uma reunião dos mesmos com o Sr Fernando Stein e o Diretor Presidente com urgência, para então encaminhamento ao Jurídico da Prefeitura. Sandra ainda ressaltou que Adilson iria planilhar todas as verbas e leis. Adilson completou que será especificado a natureza jurídica de cada item e o projeto inteiro. Sandra citou que já solicitou esta reunião ao Diretor Presidente, se comprometendo contactá-lo novamente e cobrá-lo. Eliete citou que estaria entrando em contato com o Dr Fernando Stein para verificar o retorno sobre a a análise do ante projeto de Lei que estabelece a reestruturação da Pauliprev.

Iria pediu a palavra e se referiu as questões citadas nas redes sociais sobre a aprovação do novo contrato de aluguel, lembrando da primeira reunião da gestão atual, onde teria-se apresentado a alteração do valor do aluguel do prédio em uso. Na oportunidade formou-se uma comissão, objetivando na busca de um novo imóvel. No entanto destacou que anteriormente a isso, o Conselho teria buscado junto ao Diretor Presidente a verificação de espaços

*Marcia*



*✓*  
*Fernando Stein*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

municipais para utilização da Pauliprev, já que o Executivo citava sobre economia. Porém posteriormente o mesmo ofereceu resposta negativa sobre tal possibilidade, ressaltando que esta solicitação ao Prefeito foi efetivado de forma oficial. Diante da negativa do Executivo, o Conselho aprovou o novo aluguel, ressaltando que todos Presidentes que ingressam no Instituto querem mudanças. Na época foi sugerido por algum servidor construir um prédio, porém tal proposta não teria condições de ser viabilizada frente ao pequeno período de tempo. Com isso aprovaram e saíram do Conselho, não sendo verificado assim o contrato , o parecer jurídico, portanto não teria aprovado mais nada , nenhuma reforma. A seguir citou que quando necessita falar algo, o faz dentro do Pauliprev, nas reuniões e quando é muito importante e se sente lesada usa seu jornal. Portanto se ocorreu falha de sua pessoa gostaria que a chamasse em reunião, porque acredita que enquanto conselheira não ocorreu omissão. Sandra pediu a palavra e citou que não se referiria ao assunto da rede social em respeito a ausência do Diretor Presidente, lembrando que as conversas já teriam ido para as redes sociais sem a presença dele, que teria solicitado desculpas ao mesmo , citando que teria falado em rede social que a contratação deste aluguel já estava vigorando quando as novas conselheiras chegaram ao Conselho, tendo só respondido porque citaram o nome da mesma, que também não costuma responder nenhum assunto nas redes sociais porque não é o lugar correto, que como a Iria, gosta de ir direto falar com o Diretor Presidente ou em reunião para resolver os assuntos. Assim, em respeito aos servidores que votaram nas conselheiras eleitas, se viu na obrigação de responder quando citaram o nome da mesma inclusive o que apenas lhe perguntaram, concluindo portanto que esse assunto deva ser discutido na presença do Diretor Presidente. Iria sugeriu à Sandra que solicitasse cópia do parecer

*maria*

*sa*

*[Signature]*

*[Checkmark]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

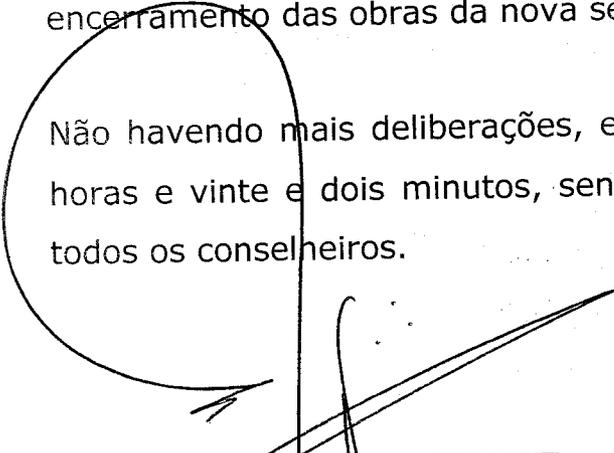
jurídico, aspecto que Sandra expressou que já teria solicitado. Valmir pediu a palavra e citou que dias atrás uma jornalista lhe procurou para questioná-lo sobre o impacto do PCCV e da hora atividade, o que fez o mesmo orientar o profissional que buscasse a Assessoria de Imprensa e/ou Diretoria, não tendo assim autonomia para falar em nome do Instituto.

Diante da ausência do Diretor Presidente, a discussão das pendências encontrava-se prejudicada, o que fez o Presidente do Conselho optar em priorizar este assunto para a próxima reunião ordinária.

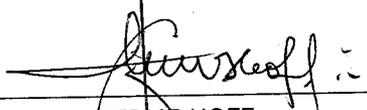
Seguindo, foi estabelecido os dias 03 e 17 de Outubro para as próximas reuniões ordinárias além da extraordinária dia 22 de Setembro às 8 horas na sede da Pauliprev para homologação das aposentadorias .

Finalizando, Valmir pediu a palavra e solicitou que na próxima reunião o Diretor Presidente apresente um cronograma de encerramento das obras da nova sede do Pauliprev.

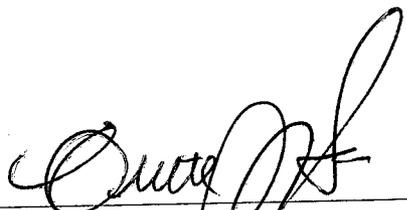
Não havendo mais deliberações, encerrou-se a reunião as dezenove horas e vinte e dois minutos, sendo transcrita a ata e assinada por todos os conselheiros.



FERNANDO JOSÉ ROVERI  
Presidente Cons. Administrativo



GUILHERME HOFF

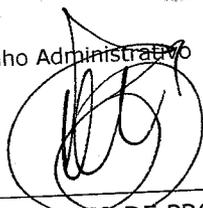


ELIETE MARIA DA SILVA  
Secretária Cons. Administrativo



LIGIAN REGINA KALVON

Conselho Administrativo



JOSÉ CARLOS SOUTO DE PROENÇA

Conselho Administrativo

Conselho Fiscal



FÁBIO CECCONELO

Conselho Fiscal

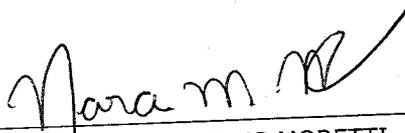
REGINALDO APARECIDO NAVES

Conselho Administrativo



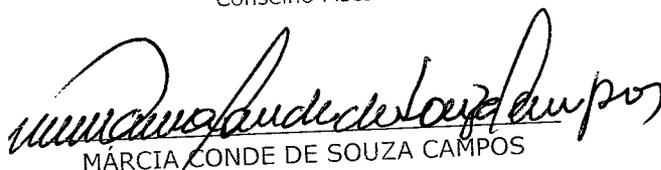
MÁRCIA REGINA A. LOPES DA SILVA

Conselho Fiscal



NARA MARTINS MORETTI

Conselho Administrativo



MÁRCIA CONDE DE SOUZA CAMPOS

Conselho Fiscal

SANDRA ARIADNE CASASSA

Conselho Administrativo

ADILSON DE ALMEIDA LIMA

Conselho Fiscal

NIVIA CARLA DA FONSECA

Conselho Administrativo

VALMIR BRUSTOLIN

Conselho Administrativo